

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 038

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL DE
PROMULGAÇÃO DA EMENDA Nº 07
DA CONSTITUIÇÃO
REALIZADA EM
24 DE ABRIL DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às quinze horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi, presentes ainda inúmeras autoridades civis e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus declaro aberta a

SESSÃO.

Na qual será promulgada a Emenda nº 07 à Constituição do Estado do Paraná.

Esta Presidência solicita aos senhores deputados que tomem assento, por gentileza.

Com a máxima satisfação anunciamos a composição da Mesa:

Excelentíssimo senhor Jaime Lerner, governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo senhor desembargador Acácio Cambi, vice-presidente do Tribunal de Justiça, representante de Sua Excelência o desembargador Sydney Dittrich Zappa, presidente do egrégio Tribunal de Justiça; Excelentíssimo senhor Joel Coimbra, procurador geral do Estado do Paraná; Excelentíssimo senhor doutor juiz Celso Rotoli de Macedo, presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná; Excelentíssimo senhor deputado Hermas Eurides Brandão, 1º secretário

da Assembléia Legislativa do Paraná; Excelentíssimo senhor deputado Augustinho Zucchi, 2º secretário da Assembléia Legislativa do Paraná.

A Mesa da Assembléia Legislativa, promulga nos termos do § 3º do artigo 64 da Constituição Estadual, a Emenda nº 07 à Constituição do Estado do Paraná.

Convido o senhor 1º secretário para apor sua assinatura de autógrafo da emenda que acaba de promulgar.

De igual maneira convido o senhor 2º secretário, deputado Augustinho Zucchi, para apor o seu autógrafo na Emenda nº 07 da Constituição do Estado.

Esta Presidência declara promulgada a Emenda nº 07 à Constituição do Estado do Paraná, determino a publicação no Diário da Assembléia e no Diário Oficial do Estado para que produza os efeitos legais.

(Palmas)

Minha saudação ao governador Jaime Lerner e ao saudá-lo saúdo a todos os componentes da Mesa, nesta tarde, de igual maneira ao Excelentíssimo senhor José Cid Campêllo Filho, secretário chefe da Casa Civil; Excelentíssimo Heinz Georg Herwig, secretário de Estado dos Transportes; Excelentíssimo senhor Guaraci Andrade, assessor especial do governador do Estado do Paraná; doutor Lineu Walter Kirchner, subprocurador geral de Justiça para assuntos jurídicos, representante do Excelentíssimo senhor Marco Antonio Teixeira, procurador geral de Justiça; doutor Edgar Luiz Cavalcante de Albuquerque, presidente da OAB-Seção Paraná.

A todos os nossos companheiros deputados, deputados federais, prefeitos, senhoras e senhores.

(Lê):

“A consolidação do texto constitucional que ora promulgamos, decorreu da necessidade de atualizar os dispositivos da Carta Estadual de 1989 às alterações promovidas na Constituição Federal desde sua adoção, em 5 de outubro de 1988.

Como fundamentou o deputado Caíto Quintana, relator da matéria, a Carta Brasileira de 1988 recebeu ao todo 29 emendas de conteúdo e de revisão que geraram mudanças substanciais no texto original.

Essas transformações alcançaram capítulos inteiros, notadamente nos campos da administração pública, na educação, na ordem econômica, no regime previdenciário e tantos outros.

O princípio da constitucionalidade obriga os Estados-membros a cumprir na sua inteireza os preceitos da Carta Magna da Federação.

Não obstante, exercitamos ao máximo a faculdade política do poder constituinte decorrente do pacto federativo - buscando responder na atualização da Carta aos anseios próprios da gente paranaense.

Por isso mantivemos em funcionamento na Casa de Leis do Paraná a Comissão de Revisão Constitucional, que em tempo e hora acaba de produzir a presente consolidação do texto fundamental.

Sua promulgação nesta sessão e posterior publicação em volume próprio permitirão não só a observância

“da lei no seu mais alto grau” - como ensinava o jurista Hans Kelsen - como a difusão das normas de nossa lei maior, contribuindo para fortalecer o espírito de cidadania democrática na população paranaense.

A consolidação do texto constitucional, ao sistematizar o nosso contrato social fundamental, contribui ainda, para a facilidade de consulta e inclinação à observância da fórmula política a que aderimos majoritariamente e cuja legitimidade reivindicamos.

Sua concretização numa norma jurídica viável representa a busca de formas de organização social e política que expressem o equilíbrio entre a estabilidade das relações sociais e o ajuste aos novos paradigmas acarretados pela nova visão de mundo.

De fato, como observava Benjamin Franklin - o grande sábio e co-autor da Constituição Americana na Filadélfia de fins do século 18 - é surpreendente que uns quantos homens e mulheres, reunidos por delegação do povo, consigam produzir obra coletiva superior ao espírito de cada um deles.

O novo texto da Constituição do Paraná busca refletir esse *momentum* único da nossa vida pública, consolidando nossa proposta de interação entre o poder constituído estadual e a sociedade civil, com a finalidade de revigorar entre nós a Democracia, cujo pluralismo é o penhor da mudança social ordenada e fecunda.

Que a Constituição ora dada seja acolhida por todos com espírito positivo, com interesse participativo, para que nos sirva sobretudo de inspiração na grande obra em que, juntos, estamos empenhados: a construção de um Paraná mais próspero, justo e solidário.

Muito obrigado!”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência tem a elevada honra de conceder, neste instante, a palavra ao deputado Caíto Quintana, revisor da nossa Carta e que tem prestado uma contribuição muito grande à nossa Constituição.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Excelentíssimo senhor doutor Jaime Lerner, governador do Estado do Paraná, Excelentíssimo senhor desembargador Acácio Cambi, representando Sua Excelência o presidente do Tribunal de Justiça doutor Sydney Zappa, Excelentíssimo senhor Procurador Geral do Estado, doutor Joel Coimbra, Excelentíssimo doutor Edgar Luiz Cavalcanti de Albuquerque, presidente da Sessão do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, Excelentíssimo senhor Hermas Brandão, 1º secretário da Assembleia Legislativa e Excelentíssimo senhor Augustinho Zucchi, 2º secretário da Assembleia Legislativa; após as colocações de Vossa Excelência, senhor presidente, num ato como este que praticamos, de promulgação do “Emendão”, como convencionou-se chamar as modificações e adaptações que

fizemos na nossa Constituição, torna-se completamente despidendo que se acrescente algo mais.

Vossa Excelência transmitiu aos nossos convidados, nesta Casa e aos parlamentares, o espírito que norteou o trabalho desta Emenda Constitucional votada pelos 54 parlamentares do Estado do Paraná. Apenas nos caberia dizer, senhor presidente e senhores parlamentares, do porque da opção que a Assembleia Legislativa teve para, inicialmente, fazer uma Emenda consolidada, representando, no que tanje à nossa Constituição, as 23 emendas constitucionais aprovadas no Congresso Nacional, ao invés de procedermos um processo de revisão conjunta de dispositivos da nossa carta Constitucional.

Queríamos nós, senhores, inicialmente liquidar esta questão que é pacífica, que não tem contraditório, que na verdade é uma adaptação àquilo que já foi feito na Constituição Federal. Discutimos muito isso com os integrantes da Comissão de Revisão Constitucional da Assembleia Legislativa, e que eu cumprimento neste momento são os deputados: Algaci Tulio, Elio Rusch, Cesar Seleme Antonio Baratter e Orlando Pessuti, que nos auxiliaram neste trabalho de definirmos um critério de ação. Porque, senhores, ao deixar de lado o que dispõe o artigo 3º da Constituição Federal, que é de uma revisão após 5 anos da sua promulgação, e optar por reforma à Constituição Federal e conseqüentemente à Estadual, passarem a ter vácuos enormes de legislação autorizada. Fico pensando, doutor Albuquerque que aqui está representando a sessão da Ordem pode bem interpretar o que é o advogado que milita, às vezes, lá no interior do Paraná, distante dos centros de informação, da Internet, distante de tudo, num determinado momento ele está manuseando uma Constituição do seu Estado para poder amparar até uma reivindicação sua e esta Constituição do Estado está desatualizada, porque já houve 23 emendas constitucionais em pleno vigor em todo território nacional e a nossa Constituição está completamente desatualizada, com dados que vão dos que mais mudaram, principalmente o artigo 27 da administração pública, a política de remuneração dos servidores públicos completamente alterada a partir desta promulgação que o deputado Nelson Justus faz, aqui, o regime previdenciário dos servidores públicos, completamente alterado também, as competências do Judiciário, a questão de educação, as questões de política mesmo, a data das eleições, o direito de reeleição de prefeitos, as alterações no que diz respeito à criação de novos municípios, as regras que criam para criar novos municípios, todas estas a partir de hoje e isto eu digo com satisfação, senhor presidente, numa saudação que fazemos a Assembleia do Paraná, talvez a Assembleia do Brasil que esteja neste instante zerada, atualizada naquilo que foi mudado em Brasília é a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. E nós queremos dizer que vamos continuar este trabalho de adaptação da nossa Constituição, possivelmente discutindo com base no que diz o artigo 2º da nossa Constituição que permite uma revisão e hoje é voz pacífica e corrente entre constitucionalistas

que os estados podem proceder a sua revisão, baseado no dispositivo da Constituição de 89, temos que discutir assuntos polêmicos com ações públicas que valorizarão, sem dúvida alguma, esta Assembléia Legislativa tornando a Assembléia num grande palco de discussão, por exemplo, na questão de tribunais. Podemos discutir a importância da existência de um Tribunal de Justiça e de um Tribunal de Alçada, ouvirmos as partes, os tribunais, a Ordem dos Advogados, ouvirmos a sociedade, ouvirmos o pensamento de juristas, de pessoas conhecedoras do assunto para buscarmos o melhor no aperfeiçoamento do Estado do Paraná, assuntos como a polícia científica, assuntos como o desempenho de atividades inerentes ao servidor público, tudo isto nós haveremos de tratar neste processo de revisão que seguramente a Assembléia Legislativa vai fazê-lo.

E eu, para encerrar apenas, senhor presidente, já que Vossa Excelência no seu pronunciamento colocou com a mais devida propriedade todos os assuntos que tratou esta Constituição, dizer que esta Casa, senhores convidados, na semana que vem possivelmente, comece a debater um novo regimento interno, aonde atualizando com esta revisão constitucional, nós também precisamos atualizar o nosso Regimento Interno para não acontecer dúvidas como aconteceram nas instalações de CPI's quando baseado no Regimento Interno havia uma contradição com a nossa constituição devido ao regimento tão antigo como temos. Iremos proceder isto e pela vez primeira a Assembléia Legislativa vai discutir também um código de ética parlamentar aonde todos nós, sem dúvida alguma, estaremos imbuídos de criar um código de ética de convivência parlamentar aqui dentro para que se possa cada vez mais melhorar a ação da Assembléia Legislativa.

E a exemplo do que tudo acontece nesta Casa, eu gostaria de, para encerrar, dizer uma coisa esta revisão constitucional foi feita sem um único centavo gasto pela Assembléia de assessoramento ou coisa que o valha para sua realização. Fizemos com pessoal nosso, funcionários da Casa que auxiliaram neste trabalho e gostaria de registrar também o apoio que nós tivemos por parte do doutor Cid Campello que coordenou um trabalho em nome do executivo, do doutor Clemerson Merlin, que desde a Constituição passada tem sido a quem nos dirigimos para dirimir dúvidas, ao doutor Lauri que apoiou nesta comissão do executivo e aqui na Assembléia a doutora Carla, o Eloy, a Inês, o Osmar e tantos funcionários da Assembléia que ajudaram nesta composição.

Portanto é um trabalho que se oferece ao Paraná em nome da Assembléia Legislativa do nosso Estado e do desempenho do nosso mandato de representantes populares. Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, ao cumprimentar a todos aqueles que de uma maneira ou de outra colaboram para que con-

seguíssemos chegar até onde chegamos, comunica especialmente ao relator ou ao revisor da nossa Constituição que a Mesa lhe concede, a partir de hoje, o prazo de 10 dias para que estabeleça o cronograma para esta revisão constitucional onde serão abordados alguns dos temas polêmicos levantados por Vossa Excelência.

Com muita satisfação, passo neste instante, a palavra ao senhor governador do Estado, arquiteto Jaime Lerner.

O SR. GOVERNADOR JAIME LERNER

Excelentíssimo deputado Nelson Justus, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo senhor desembargador Acácio Cambi, vice-presidente do Tribunal de Justiça, representando sua Excelência, o presidente do egrégio Tribunal de Justiça; Excelentíssimo senhor Joel Coimbra, procurador-geral do Estado do Paraná; Excelentíssimo senhor doutor Edgar L. Cavalcanti de Albuquerque, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná; Excelentíssimo senhor deputado Hermas Brandão, 1º secretário da Assembléia Legislativa do Paraná; Excelentíssimo deputado Augustinho Zucchi, 2º secretário da Assembléia Legislativa do Paraná; senhores deputados a quem apresento os meus respeitos; membros da imprensa e todos que convivem conosco, nesse momento importante para a vida do nosso Estado.

A promulgação da emenda número 07 a Constituição do Estado representa um trabalho muito grande da Comissão de Revisão Constitucional. Quero apresentar os cumprimentos a esse trabalho, que foi feito e que permite a atualização e adequação da Carta Magna Estadual, em função das mudanças da constituição. Isso representa também a aprovação dos 54 deputados e dos princípios éticos, que devem aperfeiçoar o projeto de vida do povo paranaense.

Quero dizer, que toda medida, toda adequação à constituição tem por objetivo chegar sempre mais perto do povo. Esta mudança vem em um momento importante, onde a recuperação financeira do Estado acontece, pelo aumento da receita do ICMS, já no balanço apresentado a esta Assembléia, um aumento de 18,75, quando o déficit cai em 99, em 45% e medidas importantes do ajuste fiscal, onde a receita corrente líquida, nos gastos em pessoal com a receita corrente líquida, começam-se a se aproximar dos dados do que a Lei Camata prevê. E o que é mais importante, tudo isso acontece quando continua com o investimento social, o avanço social no nosso Estado.

Isso corresponde a fatos importantes na vida do nosso Estado e que apontam para um caminho importante, onde a Assembléia cumpre um passo fundamental.

Quero neste momento dizer, que o nosso objetivo é com esse ajuste fiscal, é preparar as condições de ajuste de contas, não só para essa gestão, mas com as próximas administrações. Isso representa também, assim como esta revisão da Constituição, um ato de respeito aos poderes à representação do povo.

Quero dar os parabéns aqueles que tornaram possível e, principalmente, a comissão que trabalhou na revisão constitucional, que tornou possível esse momento, em um novo texto que deve representar cada vez mais um projeto de causa compartilhada ao povo do Paraná.

Meus parabéns e o meu muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência antes de encerrar a presente sessão, gostaria de lembrar a todos, especialmente aos senhores deputados, que amanhã esta Assembléia junta-

mente com o presidente do Movimento Pró-Paraná o doutor Francisco da Cunha Pereira Filho, farão realizar uma Sessão Solene em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil por proposição do deputado Geraldo Cartário neste Plenário. Ao tempo em que agradeço a presença do senhor governador, de todas as autoridades presentes e a todas as pessoas que compareceram para o brilhantismo simples, mas, muito importante desta solenidade de promulgação de Emenda Constitucional à nossa Carta Magna do Estado.

Levanta-se a sessão.